



Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'RUB', 'ew5', and a large stylized signature.

Assembleia Municipal de Ribeira Brava

ATA N.º 21 (16/06/2025)

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Realizada no dia dezasseis de junho de dois mil e vinte e cinco

-----Aos dezasseis dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco, reuniu-se a Assembleia Municipal de Ribeira Brava, no Salão Nobre da Câmara Municipal da Ribeira Brava, concelho de Ribeira Brava, sob a presidência da Sr.ª Rita Maria dos Ramos de Abreu, estando presentes a Sr.ª Maria Natália Gonçalves da Silva, como primeira secretária e o Sr. André Geraldo da Corte como segundo-secretário. -----

-----Procedeu-se à chamada para verificação do quórum. Na sessão estiveram presentes os seguintes deputados municipais, pelo **RB1**: António de Jesus Silva, Hélder Manuel Gouveia Gomes, Zélia Maria Pereira Encarnação (Em substituição de Teresa Maria da Côrte Gonçalves Nunes), Jordão José Andrade de Abreu, Luísa Maria Sousa Gonçalves Ponte, Bruno Mino Garcês Mendes Correia, Rosa Carolina Garcês Rodrigues Jardim, Marco António Abreu Junqueira, Vítor Hugo Fernandes Pereira, Karina Mónica Pereira Ferreira; pelo **PS**: Rui Pedro Fernandes de Almeida, Humberto Jorge Faísca da Silva, Marlene Pereira de Sousa Rodrigues, Elsa Maria de Abreu Gomes, pelo **CHEGA**: Celestino Gomes Sebastião e os **Deputados Independentes** Luís Filipe Quintal Pereira Vicêncio e Laureano Secundino Ascensão de Macedo.-----

-----Como representantes das Juntas de Freguesia estiveram presentes: Marco Nuno Correia Martins (PJF Ribeira Brava), João David Jardim de Sousa (PJF Campanário), Albertina de Jesus Diniz Ferreira (PJF Serra de Água) e Manuel Inácio da Côrte (PJF Tabua). -----

-----Estiveram ainda presentes o Presidente da Câmara Municipal da Ribeira Brava, O Vice-Presidente Jorge Manuel Faria dos Santos, Vereador Rafael João Figueira de Sousa, Vereador José Paulo Santos Andrade e Vereadora Sandra José Abreu Vilanova e a Vereadora Flor Angélica Abreu Silva. -----

-----Pelas dez horas e vinte minutos, verificada a existência de quórum, a Sra. Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão. -----



WTR
ewb
A

Assembleia Municipal de Ribeira Brava

-----PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

-----A Sra. Presidente da Assembleia dá início a Apreciação e votação da ata da sessão ordinária de vinte e oito de abril de dois mil e vinte cinco. -----

-----O Sr. Deputado Laureano Macedo (Independente), e menciona um lapso existente na ata precisamente na página 6 onde fez a intervenção relativamente à questão onde se lê, deixando um desafio para a Biblioteca Pública do Visconde Ribeira Brava, deverá constar “proposta de redesignação, ou de designação, atribuir o nome Biblioteca Pública do Visconde Ribeira Brava à Biblioteca Municipal de Ribeira Brava em homenagem à figura, pai fundador deste concelho”. -----

-----A Sra. Presidente da Assembleia informou que será retificada a frase e irão colocar renomear. -----

-----O Sr. Deputado Bruno Correia (RB1), alerta para terem mais atenção nas próximas atas.-----

-----A Sra. Presidente da Assembleia colocou ata em votação à qual é aprovada por unanimidade. -----

----a Sra. Deputada Luísa Ponte (RB1), questionou sobre a escola da Bica de Pau, visto já se ter falado em Assembleia que aquele espaço se calhar iria ser usado para cuidados continuados da parte do Governo Regional, questionado se este espaço não poderia ser usado para habitação social a exemplo do que a Câmara tem feito com outro património fechado, em articulação com o Governo Regional, em virtude de toda a gente se queixar que não há terrenos disponíveis e que fazer a habitação social é cada vez mais difícil. Questiona sobre as limpezas do concelho, sabendo que é difícil, mas ultimamente andam muitos munícipes a se queixar das limpezas do nosso concelho, lixeiras a céu aberto, abandono de viaturas, sugerindo por mais equipas no terreno, para que esta situação comece a diminuir e que o nosso concelho fique mais limpo e mais bonitinho. -----

---- O Sr. Vice-Presidente Jorge Santos abordou diversos assuntos de interesse municipal. Relativamente à Escola da Bica de Pau, informou que existe uma intenção de reaproveitamento do edifício, embora ainda sem decisão definitiva. Referiu que inicialmente foi considerada a possibilidade de instalação de uma estrutura relacionada com toxicodependência, hipótese entretanto abandonada. Atualmente, está em análise a criação de uma unidade de cuidados continuados. Reforçou que esta escola está sob a



MR
C/S
A

Assembleia Municipal de Ribeira Brava

tutela do Governo Regional, não da Câmara Municipal. No que se refere à habitação social e à requalificação de património, referiu o esforço do Município na recuperação de edifícios devolutos para conversão em habitação. Apontou como exemplo a zona do Porto Ribeira, intervencionada no âmbito do PRR. Mencionou também a escola do Lugar da Serra, cuja reabilitação está a ser financiada pelo programa “1.º Direito”, com uma comparticipação a fundo perdido entre 40% e 50%, sendo o restante valor suportado por crédito em condições vantajosas e fundos próprios. Indicou ainda que a antiga escola de São Paulo poderá vir a ser reaproveitada em moldes semelhantes. Em relação à Escola da Bica de Pau, não está excluída a possibilidade de integrar projetos sob responsabilidade do Governo Regional. Informou também que o Governo Regional prevê a construção de 52 apartamentos de custos controlados no concelho da Ribeira Brava, destinados preferencialmente a jovens até 35 anos. Adicionalmente, encontra-se em fase de projeto um empreendimento com 10 apartamentos, de tipologias T0 a T2, na zona de São Paulo, projeto esse que deverá manter-se apesar de eventuais mudanças políticas. -----

No âmbito da limpeza urbana, destacou que, ao longo do último ano, foram integrados cerca de 21 novos assistentes operacionais, resultando numa melhoria visível da situação. Contudo, reconheceu que as condições meteorológicas, alternância entre sol e chuva favorecem o crescimento acelerado da vegetação. Sublinhou ainda o compromisso do Município com práticas ambientalmente sustentáveis, optando por reduzir o uso de herbicidas. Por fim, relativamente à deposição de lixo e à existência de lixeiras ilegais, referiu que algumas situações já foram resolvidas, embora possam ainda ocorrer casos pontuais. No que diz respeito a viaturas abandonadas, indicou não dispor de dados concretos no momento, sugerindo que o assunto fosse remetido ao Sr. Vereador Rafael Sousa, caso fosse necessário prestar esclarecimentos adicionais. -----

----- O Sr. Vereador Rafael Sousa, informou que, através da fiscalização municipal, são detetadas semanalmente viaturas abandonadas no concelho. Referiu que existe um regulamento que estabelece os procedimentos e prazos para a identificação e remoção dessas viaturas. Contudo, apontou que alguns proprietários têm contornado o regulamento, deslocando as viaturas para diferentes locais antes do término dos prazos legais, dificultando assim a ação da Câmara Municipal. Apesar destas dificuldades, garantiu que algumas viaturas já foram removidas, ressaltando a necessidade de cumprir



MRZ
ENS
J

Assembleia Municipal de Ribeira Brava

os prazos previstos no regulamento. -----

-----O Sr. Deputado Bruno Correia (RB1), referiu que, embora a vila esteja apresentável e arranjada, o muro da ribeira, sobretudo na zona entre as duas pontes, apresenta uma imagem degradada, com partes em cimento claro e outras em cimento escuro, o que compromete a estética do local. Sugeriu que fosse realizada uma pintura para uniformizar e embelezar o muro, melhorando assim a perceção visual de quem passa de carro, proporcionando uma visão mais cuidada e limpa da rua. De seguida, abordou a situação do parque de estacionamento superior, muito utilizado por utentes com cartão mensal. Alertou para as dificuldades nas manobras de marcha atrás naquele local, devido à inclinação da rampa, que obriga a esforços e, por vezes, à ajuda de terceiros para sair do parque. Referiu que já presenciou e ajudou diversas pessoas nesta situação, e considerou importante analisar a possibilidade de retirar o estacionamento daquele espaço para evitar mais problemas e facilitar a circulação. Por último, informou sobre um aviso do Instituto de Desenvolvimento Regional (IDR) para a digitalização da administração pública local, que está a decorrer apenas nos municípios do Funchal e Santa Cruz. Suspeita que estes municípios terão sido convidados a apresentar pré-candidaturas, ficando por esclarecer se houve convite para os restantes municípios. Explicou que o objetivo desta iniciativa é criar aplicações e diretórios digitais que substituam os guias impressos, permitindo que, na Ribeira Brava, a informação seja disponibilizada em locais estratégicos, como junto ao forte, no museu e na Câmara Municipal. Estes diretórios digitais permitiriam o acesso a informações diversas, como bilhetes, senhas e dados turísticos, incluindo códigos QR para veredas e outros pontos de interesse. O Sr. Deputado sugeriu ainda que a Câmara Municipal estabeleça contactos com o Governo Regional e com o IDR, para tentar incluir o concelho da Ribeira Brava neste projeto, aproveitando as novas tecnologias para melhorar a prestação de serviços públicos e potenciar o turismo local. Reforçou que esta digitalização constituiria uma mais-valia para a vila, enquadrando-se numa nova era tecnológica e representando uma oportunidade para o desenvolvimento do concelho. ----

-----O Sr. Vice-Presidente da Câmara reconheceu que o muro da ribeira necessita de algumas reparações, apesar de recentemente ter sido efetuada uma pavimentação naquela zona, ficando apenas por concluir uma pequena parte. -----

-----Relativamente ao parque de estacionamento superior, concordou que há problemas



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

devido à inclinação e à utilização indevida dos lugares, apesar da existência de sinalética que reserva espaços para determinados utentes. Considerou importante estudar soluções para melhorar a situação, incluindo a possível remoção ou alteração da sinalização. -----

-----No que diz respeito ao aviso do Instituto de Desenvolvimento Regional (IDR) para a digitalização da administração pública local, desconhece. Informou que o Município irá candidatar-se a um projeto relacionado com plataformas de gestão urbana no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), ponto que foi retirado da ordem do dia, mas será tratado futuramente, permitindo o acesso a plataformas digitais que poderão apoiar a transição digital mencionada. -----

-----O Sr. ° Deputado Laureano Macedo (Independente) apresentou três questões principais. Primeiro, alertou para o problema recorrente de carros estacionados em sentido contrário na Ribeira Brava, especialmente nas zonas próximas ao Pingo Doce e junto ao hotel. Referiu que, apesar de a polícia e a fiscalização passarem regularmente, pouco ou nada fazem para corrigir esta situação. Manifestou preocupação com o abuso sistemático do mau estacionamento, mesmo havendo parques disponíveis, lamentando a falta de regulação e sensibilização. Apelou à autarquia para que, em conjunto com a PSP e outras entidades fiscalizadoras, tome medidas para disciplinar melhor o estacionamento e incentivar um comportamento cívico mais responsável. Em segundo lugar, falou sobre o projeto da estrada agrícola de São João, mencionando que membros da autarquia estiveram no local para acompanhar as obras, mas que não terão reparado num problema grave: alguns moradores continuam a ocupar a via pública, principalmente as veredas, com lixo acumulado que não é removido apesar das sensibilizações. Referiu que esta situação causa má impressão nos turistas e compromete o espaço público. Sugeriu que a autarquia, em parceria com a junta de freguesia, intervenha institucionalmente para proceder à remoção do lixo e garantir a limpeza do local. Por último, abordou a questão da prevenção dos incêndios, em especial no contexto da aproximação do verão e das consequências dos incêndios do ano anterior na Serra d'Água. Questionou se já estão em curso trabalhos de manutenção e limpeza dos caminhos corta-fogos, destacando que existem áreas sem acessos adequados que representam um risco elevado. Enfatizou a importância de agir preventivamente, mesmo que haja resistência por parte de proprietários, para garantir a segurança de todos e evitar prejuízos futuros. -----



WB
A

Assembleia Municipal de Ribeira Brava

-----O Sr. Vice-Presidente Jorge Santos respondeu, relativamente à questão dos estacionamentos abusivos, referiu que a atuação depende da sensibilidade da Polícia de Segurança Pública (PSP) e indicou que iria passar a palavra ao vereador Rafael para complementar a resposta. Quanto à estrada agrícola de São João, confirmou que já foi realizado um levantamento detalhado e que se encontra em elaboração o esboço do projeto. Explicou que, embora os programas comunitários ainda não estejam abertos para esta candidatura, a autarquia está a preparar toda a documentação e o projeto para que, assim que as candidaturas sejam abertas, possam avançar rapidamente com a submissão. No que diz respeito às faixas corta-fogos, o Sr. Vice-Presidente referiu que já foram realizadas reuniões com a Direção Regional das Florestas e Ambiente, tendo sido planeadas intervenções em várias zonas, incluindo o Campanário, Adega e São Paulo (Trompica). -----

-----O Sr. Deputado Laureano Macedo (Independente) questiona o seguinte: “E na Meia-Légua até a Serra de Água na outra margem? -----

----- O Sr. Vice-Presidente Jorge Santos respondeu referindo que, apesar de ainda não estar formalmente aprovado ou incluído, não significa que as faixas corta-fogos não venham a ser implementadas. Esclareceu que a gestão dessas faixas, especialmente em zonas florestais, é da competência da Direção Regional das Florestas e Ambientes, e não da autarquia. Contudo, salientou que a Câmara tem realizado manutenção significativa nessas áreas, mesmo quando não é sua responsabilidade direta. Como exemplo, mencionou a intervenção recente nas zonas da Ameixeira e da Trompica, destacando que, sem a ação da Câmara, os caminhos não estariam em condições de permitir a passagem dos bombeiros em caso de incêndio. -----

-----O Sr. Deputado Laureano Macedo (Independente) manifestou preocupação relativamente à situação das faixas corta-fogos na área compreendida entre a Meia-Légua e a Serra d'Água, sobretudo nas margens menos habitadas e de difícil acesso. Salientou a importância de garantir condições adequadas para o acesso aos locais, nomeadamente até ao Espigão, para melhorar a capacidade de resposta em caso de incêndios. -----

-----O Sr. Vice-Presidente Jorge Santos respondeu esclarecendo que a intervenção nas faixas corta-fogos, incluindo as zonas acima da Meia-Légua até à Serra d'Água, foi pensada, mas ainda não está definida oficialmente. Referiu que, por norma, os incêndios



WRE
WS
B

Assembleia Municipal de Ribeira Brava

na Serra d'Água tendem a propagar-se para essa área, pelo que já estavam a tentar resolver essa situação. Contudo, reiterou que o processo está a andar lentamente, apesar de existirem planos para arrancar com intervenções, nomeadamente na zona do Campanário.

-----O Sr. Vereador Rafael Santos agradeceu a oportunidade para abordar a questão do estacionamento e das infrações de trânsito no concelho. Referiu que tem mantido contacto frequente com o Sr. Comissário Leandro, enviando várias fotos que evidenciam a indiferença e inacessibilidade das autoridades em fiscalizar as infrações. Destacou que não há rua no concelho da Ribeira Brava, em nenhuma freguesia, onde não se verifiquem transgressões ao Código de Estrada, incluindo estacionamento em cima de passeios, em curvas com linha contínua, desrespeito por sinais de stop, e circulação em contramão. O vereador relatou que, mesmo quando a PSP é notificada e confrontada com as infrações, não procede à aplicação das multas, alegando falta de vontade, e que a presença da PSP nas ruas não tem resultado em medidas efetivas para corrigir estes comportamentos. Informou ainda que já houve reuniões entre o Sr. Presidente da Câmara e o Comandante da PSP no Funchal, tendo a PSP alegado falta de agentes, mesmo com a oferta da Câmara para pagar gratificações.-----

-----Por fim, lançou um apelo à Assembleia Municipal para que faça uma recomendação formal à PSP, de modo a reforçar a fiscalização e promover o cumprimento das normas, comprometendo-se a colaborar na identificação dos locais com maiores problemas.-----

-----O Sr. Deputado Luís Vicêncio (Independente) dando seguimento à intervenção anterior do Deputado Laureano Macedo sobre prevenção de incêndios, questionou se a Câmara Municipal dispõe de alguma equipa ou, em cooperação com a polícia, pessoas identificadas para monitorizar e atuar perante comportamentos de risco que possam originar incêndios, dado que muitos começam por fogo posto. Referiu ainda a questão da recolha de lixo, questionando se a Câmara tem planos para aumentar o número de ecopontos, uma vez que em várias zonas do concelho existe apenas um contentor para lixo orgânico, dificultando a correta separação e cumprimento das regras de reciclagem.-

-----Por fim, colocou dúvidas relativas a fenómenos sociais como a imigração descontrolada, indagando se existem núcleos identificados na Ribeira Brava, quais as iniciativas da Câmara para lidar com a situação, e também questionou sobre o turismo descontrolado, que tem afetado outras regiões, nomeadamente com acampamentos em



MUR2

W5

A

Assembleia Municipal de Ribeira Brava

zonas não permitidas e a degradação de áreas protegidas. Perguntou se esta problemática ocorre na Ribeira Brava e quais os planos da Câmara para prevenir que a situação se agrave. -----

-----O Sr. Vice-Presidente Jorge Santos respondeu às questões apresentadas, referindo que a maior parte das matérias não é da competência direta da Câmara Municipal, estando atribuídas a outras entidades competentes.-----

-----No que respeita à prevenção de incêndios e à identificação de suspeitos de fogo posto, explicou que essas averiguações são da responsabilidade das autoridades judiciais e policiais, mencionando um caso ocorrido na Serra da Água que foi remetido ao Ministério Público, cujo desfecho não é público devido a segredo de justiça. Informou que a Câmara mantém vigilância em conjunto com os bombeiros e o coordenador de proteção civil, especialmente em áreas de risco, e que o POCIF já está em funcionamento com vigilância permanente para detetar e atuar rapidamente em incêndios.-----

-----Relativamente ao reforço dos ecopontos, afirmou que a Câmara tem manifestado preocupação e articulado com a ARM para instalação de mais equipamentos, mas que a sua implementação depende da disponibilidade de espaço público e da colaboração da população. A Câmara disponibiliza espaços para instalação, mas a execução cabe à ARM.

-----Sobre o fenómeno migratório, indicou que o concelho da Ribeira Brava conta com cerca de 4,5% a 4,6% de imigrantes com residência legal, valor significativo, mas inferior a concelhos vizinhos. Esclareceu que a situação está sob controlo, tendo ocorrido recentemente fiscalizações da Direção Regional de Saúde a locais de habitação de imigrantes, garantindo condições dignas, e que não há conhecimento de irregularidades urbanísticas graves semelhantes às registadas nos anos 90. -----

-----Por último, acerca do turismo descontrolado e da prática de acampamentos em áreas proibidas, afirmou que, embora existam situações pontuais, estas não são frequentes nem generalizadas na Ribeira Brava. A polícia tem intensificado a fiscalização para controlar esses casos, mas ressaltou que esta matéria não é da competência direta da Câmara Municipal.-----

-----O Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Ribeira Brava (Marco Martins), apresentou as seguintes questões: Relativamente à situação dos ecopontos e dos contentores de lixo, questiona se foi encontrada alguma solução para o problema junto ao Hotel do Campo,

Assembleia Municipal de Ribeira Brava

onde os caixotes são frequentemente utilizados pelo próprio hotel e permanecem cheios, acumulando lixo que provoca mau cheiro e proliferação de moscas. Quanto aos fontenários da freguesia, refere que cerca de trinta se encontram sem água e sem torneiras, situação esta já reportada à Câmara Municipal. Pergunta qual a razão desta situação, salientando que a Junta de Freguesia investiu na recuperação dos fontenários e que as torneiras foram por esta colocadas, solicitando a reposição das mesmas, visto que a manutenção é da Junta, mas a autoridade pertence ao Município, que, por sua vez, assume o custo da água. Aponta ainda a importância de resolver a falta de água em zonas específicas como Murteira, Fajã da Ribeira e Meia Léguas. Sobre a Universidade Sénior, reconhece o mérito do projeto, mas questiona se já existe um espaço adequado para acolher os alunos, sugerindo a escola da Bica de Pau como local possível, que também poderia funcionar como centro de convívio, sobretudo na parte ocidental da freguesia, onde não existe um equipamento similar. Solicita informações sobre o ponto de situação da Vereda da Furna, referindo que já foram realizadas intervenções e requer atualizações. Por último, questionou sobre o andamento da construção das casas de banho para apoio à doca de autocarros, tema já abordado anteriormente. -----

-----O Sr. Vice-Presidente Jorge Santos, esclareceu, quanto à situação do Hotel do Campo e dos fontenários, irá passar a palavra para que sejam melhor esclarecidos. Sobre a Escola da Bica de Pau e a Universidade Sénior, reconheceu o projeto como relevante, com cerca de 120 alunos atualmente, e que necessita de um espaço digno para funcionamento. Explicou que, embora tenha sido proposta a instalação na Escola da Bica de Pau no ano anterior, houve resistência por parte dos alunos, que preferem a centralidade da vila para maior facilidade de deslocação e acesso a serviços, como compras e lazer. Admitiu que o espaço referido seria ideal, com boas condições e infraestrutura, mas que o tema da descentralização enfrenta dificuldades práticas e culturais. Informou que está em análise a possibilidade de encontrar um local adequado na vila, embora existam limitações quanto à disponibilidade de espaços para albergar a Universidade Sénior. -----

-----Relativamente à Vereda da Furna, confirmou que o orçamento está adjudicado e que as intervenções já começaram com a limpeza da escarpa realizada recentemente. A obra de remoção das rochas será iniciada assim que o empreiteiro disponha de meios,



WTF
WB

Assembleia Municipal de Ribeira Brava

9
mencionando a complexidade e custos elevados da intervenção, bem como as dificuldades atuais de disponibilidade de recursos humanos pelas empresas prestadoras de serviço. Quanto às casas de banho da doca dos autocarros, afirmou que a obra está praticamente concluída no local previsto, junto ao Escondidinho. Reconheceu que houve atrasos devido a dificuldades da empresa responsável, AFA, e problemas técnicos em equipamentos, mas que se continua a insistir para que a conclusão ocorra o mais breve possível. Referiu ainda que o envidraçado da doca está adjudicado e que a chegada dos materiais está prevista para breve, embora existam atrasos causados pela escassez de estoques locais. -----

-----O Sr. Vereador Paulo Andrade, esclareceu, que têm sido realizadas reuniões com o Eng. Dinarte e técnicos da ARM, especialmente no âmbito da gestão de resíduos. Relativamente ao caso do Hotel do Campo, referiu que a principal dificuldade se prende com a impossibilidade de acesso do veículo de recolha da ARM à casa de lixo do hotel, devido ao estacionamento excessivo na descida de acesso. Apesar de o hotel possuir um espaço próprio para resíduos, o veículo não consegue manobrar até ao local, dificultando a recolha. A Câmara tem tentado colaborar com a ARM na identificação de um espaço público alternativo para instalação de contentores adicionais, tendo já conseguido alguma melhoria, embora não tenha sido possível resolver a situação na totalidade por falta de colaboração dos proprietários locais.-----

-----Referiu ainda que, para mitigar o problema do despejo incorreto de resíduos, foram colocadas grades com o objetivo de direcionar o lixo para a estrada de forma controlada. No entanto, teve conhecimento recente de que o lixo está a ser despejado irregularmente para terrenos abaixo da estrada, pelo que será necessário identificar os responsáveis e notificá-los, seguindo os trâmites legais. -----

-----No que respeita aos fontanários, esclareceu que desconhecia a existência de trinta fontanários sem água ou torneiras, tendo apenas recebido relatos pontuais de avarias. Comprometeu-se a reportar a situação à ARM. Referiu ainda que, em muitos casos, foi instalado um sistema de redutores de pressão nas torneiras, com dispositivos de toque intermitente, o que poderá explicar parte das dificuldades relatadas. -----

-----O Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Ribeira Brava (Marco Martins), questionou a situação dos fontanários da freguesia. Referiu, com preocupação, que, sendo a Câmara



mtz

CB

A

Assembleia Municipal de Ribeira Brava

responsável pelo pagamento da água, não compreende como é que outras entidades tomam decisões unilaterais quanto à retirada de torneiras. Perguntou se é a Câmara Municipal que dá essas instruções ou se tal decisão parte exclusivamente da ARM.-----

-----O Sr. Vereador Paulo Andrade, esclareceu que a colocação de contadores foi uma decisão da ARM.-----

-----O Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Ribeira Brava prosseguiu, sublinhando que, se a responsabilidade financeira pela água é do Município, não faz sentido que outra entidade proceda à retirada das torneiras sem autorização. Referiu ainda que, caso tivesse conhecimento da origem dessa decisão, não estaria a levantar a questão naquele momento, reiterando que a pergunta é pertinente e que deve ser esclarecida. -----

-----O Sr. Vereador Paulo Andrade afirmou que, da sua parte, nunca mandou retirar qualquer torneira, e acredita que o Presidente da Câmara também não o terá feito. -----

-----O Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Ribeira Brava reiterou que, se os contadores foram colocados, e compreende que o objetivo seja controlar o consumo de água, o correto seria haver comunicação e autorização prévia. Acrescentou que foram feitos investimentos na recuperação dos fontanários, incluindo a colocação de novas torneiras, e que agora muitas desapareceram, sem que se saiba quem as retirou ou porquê. -----

-----O Sr. Vereador Paulo Andrade concluiu comprometendo-se a analisar a situação com a devida atenção. -----

-----O Sr. Deputado Helder Gomes, referiu que, relativamente à questão da água, é difícil para a Câmara detetar perdas de água quando os consumos são elevados (ex.: 13 mil litros), pelo que variações pequenas (300 litros) não são significativas. Relativamente ao trânsito, concordou parcialmente com intervenções anteriores, apontando que a situação piorou após as obras, havendo um sentimento de impunidade, com estacionamento indevido em passeios, linhas amarelas e passadeiras. Sugeriu duas soluções complementares, a primeira é alterar o regulamento do estacionamento e formar os fiscais municipais através da ANSR, permitindo-lhes aplicar contraordenações. Contudo, neste caso, a receita das multas passaria a ser do Governo Regional e não da Câmara, e a segunda solicitar oficialmente policiamento remunerado à Esquadra de Trânsito de Câmara de Lobos, com uma abordagem pedagógica inicial, seguida da aplicação de coimas, caso a situação persista, defendendo que estas medidas devem ser aproveitadas



KIR

CB

Assembleia Municipal de Ribeira Brava

no contexto do novo regulamento que prevê o encerramento de algumas ruas, como forma de melhorar a situação do trânsito no concelho.-----

A

-----Toma a palavra o Sr. Deputado António Silva (RB1), concordou com a intervenção anterior sobre a Serra de Água, referiu ainda que, na gestão do presidente Ismael, existia um projeto para abrir uma estrada onde atualmente existe uma vereda fechada, desde a Adega até à zona da igreja, com o intuito de criar um caminho agrícola ou florestal. Sublinhou que a abertura deste caminho teria sido vantajosa para os agricultores locais e poderia funcionar como faixa corta-fogo, o que teria ajudado a evitar o incêndio do ano anterior. Alertou para o risco de futuros incêndios, devido ao crescimento da vegetação seca e às condições climáticas que se agravam. Manifestou preocupação com a perda de zonas agrícolas se for construída uma estrada paralela à ribeira ou ao Corredor Verde, que transformaria a Serra de Água numa área meramente de passagem, desvalorizando o território. Acrescentou que na zona do caminho existem várias casas antigas e palheiros, atualmente abandonados e cobertos pela vegetação, que evidenciam o valor histórico da região. Concluiu defendendo a reflexão sobre estas questões, sobretudo porque já não é possível construir na Serra de Água, considerando a sua intervenção uma achega para o futuro do concelho. -----

-----A Sra. Deputada Carolina Garcês (RB1), solicitou informação sobre o planeamento do alcatroamento das estradas, destacando em especial a estrada que liga a Apresentação à Tabua, referindo que esta se encontra bastante. Abordou a situação do ecoponto situado junto ao Bar do Aniz, entre as duas estradas novas que dão acesso ao Lombo Cesteiro e ao Poço Caminho. Referiu que recentemente têm sido descarregados ali vários eletrodomésticos, como frigoríficos e televisores, provenientes de outras zonas, o que tem provocado acumulação de lixo e degradação do espaço. Defendeu que seja adotada alguma medida para impedir esta prática, garantindo a conservação e limpeza do local. Relativamente ao ecoponto próximo à Casa do Povo, solicitou que a Câmara alerte ARM para que aumente a frequência das recolhas, dado que o ecoponto enche com rapidez e o lixo acaba por ser colocado no chão, comprometendo a estética e a higiene da zona, que foi recentemente reabilitada e valorizada. Por último, referiu-se à escola do Pomar da Rocha, que é propriedade camarária, destacando que o espaço está atualmente em desuso,



KUPZ

CB

A

Assembleia Municipal de Ribeira Brava

com carros velhos estacionados, e não serve a comunidade. Sugeri que, numa eventual requalificação para habitação social, se considere o encerramento ou a reutilização desse edifício. -----

-----O Sr. Vice-Presidente Jorge Santos referiu que o Município tem em curso três procedimentos distintos relativos à pavimentação de estradas. Aproveitou para esclarecer a situação dos buracos nas vias, resultantes de intervenções realizadas pela ARM, destacando que têm sido um problema recorrente. Em alguns casos, as valas abertas para atravessamentos não são devidamente sinalizadas nem reparadas de imediato, sendo deixadas por períodos prolongados, o que representa risco para a circulação. Como exemplo, mencionou uma situação ocorrida na zona da Apresentação, em que contactou diretamente o Engenheiro Amílcar, tendo o problema sido resolvido no dia seguinte. Explicou ainda que a empresa contratada pela ARM para as repavimentações apenas executa os trabalhos quando tem acumulado um conjunto significativo de intervenções a realizar, o que causa demoras. Informou que já se encontra em estudo a possibilidade de o Município vir a proceder à reparação de buracos por administração direta, para uma resposta mais célere e eficaz. No que diz respeito às obras de pavimentação da responsabilidade da autarquia, destacou as seguintes: A estrada do Pico Ferreiro, cuja degradação foi agravada pelo último temporal. Apesar de se tratar de uma intervenção de carácter urgente, a obra já está adjudicada, com os atravessamentos a serem atualmente executados; A estrada do Pedregal, onde a ARM está a concluir a instalação da nova rede de esgotos. Logo que essa fase esteja concluída, o Município procederá à pavimentação integral da via, assegurando a sua total requalificação; As zonas do Tranqual e da Terça, cujo procedimento sofreu atrasos devido a uma reclamação apresentada por uma das empresas concorrentes ao concurso público. A decisão final foi aprovada na última reunião de Câmara, e o processo será submetido para adjudicação, dependendo da inexistência de novas reclamações; A zona do Lugar da Serra e da Apresentação, que se encontram em fase de relatório final e deverão seguir para obra brevemente. Referiu, assim, que existem diversas empreitadas de pavimentação preparadas para avançar, algumas das quais sofreram atrasos por questões processuais relacionadas com concursos e reclamações. Sobre o ecoponto situado junto ao Bar do Aniz, reconheceu a gravidade da situação, mas referiu que a fiscalização é difícil de concretizar de forma eficaz. Apelou



VULF

en5

A

Assembleia Municipal de Ribeira Brava

à colaboração de todos os cidadãos, incentivando-os a agir como agentes de proteção civil e fiscalização, nomeadamente através do envio de fotografias ou alertas sempre que presenciem descargas ilegais de resíduos. Relativamente ao ecoponto próximo da Casa do Povo, informou que a ARM tem uma rota estipulada para a recolha de resíduos naquela zona, mas que será feita uma verificação quanto à sua regularidade e adequação às necessidades da vila.-----

-----Por fim, abordou a questão da antiga Escola do Pomar da Rocha, reconhecendo que o imóvel se encontra devoluto. Indicou que o mesmo poderá vir a ser utilizado para fins de habitação social ou, alternativamente, ser alienado, constituindo uma forma de gerar receita para investimento habitacional. Destacou que o Município tem várias escolas desativadas e que, para além da habitação, poderão ser consideradas outras valências e utilizações, como aconteceu recentemente em espaços das zonas de São Paulo e São João.

-----A Deputada Carolina Garcês (RB1) manifestou preocupação com a falta de reparação de buracos na estrada junto a uma vala recentemente tapada, referindo que, apesar da intervenção, outros danos na via permaneceram por resolver. Considerou que, por bom senso, esses buracos também deveriam ter sido reparados no mesmo momento, uma vez que já haviam sido anteriormente reportados nesta Assembleia. -----

-----Relativamente à Escola do Pomar da Rocha, defendeu a sua requalificação, afirmando que o espaço se encontra devoluto, com viaturas e materiais alheios à Autarquia, transmitindo uma imagem de abandono. Considerou que a recuperação do imóvel representaria uma mais-valia para a zona envolvente. -----

-----O Sr. Deputado Bruno Correia (RB1), referiu que a recolha de resíduos sólidos urbanos, realizam-se durante o período da manhã, por volta das 10h00. Considerou que, embora tal não cause grandes constrangimentos nas zonas mais altas do concelho, onde o tráfego é reduzido, nas áreas centrais da vila essa prática provoca sérios transtornos à circulação automóvel. Sugeriu, por isso, a reavaliação dos horários de recolha, apontando como exemplo o caso do município do Funchal, onde o serviço decorre durante a noite, mitigando o impacto no trânsito. -----

----Abordou a questão do estacionamento durante o período de execução de obras, contrapondo a ideia de que existiu bom senso por parte das autoridades no tratamento das infrações. Esclareceu que vários residentes da parte alta da vila foram multados por



11/02

CB

Assembleia Municipal de Ribeira Brava

A

estacionamento indevido, ainda que o mesmo tenha resultado da inexistência de alternativas viáveis à data. Sublinhou que não se tratava de viaturas de visitantes, mas sim de moradores que, perante a falta de opções, acabaram por ser penalizados, entendendo, por isso, que o alegado “bom senso” não foi uniformemente aplicado. -----

-----Por fim, clarificou uma questão relacionada com uma candidatura anteriormente mencionada, referindo que não se trata da candidatura associada à gestão urbana, como alguns pensaram, mas sim de uma iniciativa distinta, mais direcionada ao setor do turismo e à facilitação da comunicação entre empresas e autarquias. Destacou o potencial dessa candidatura, que contempla soluções como diretórios e sistemas gráficos de informação, considerando-a uma boa prática a estudar.-----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

PONTO 1- Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara e situação financeira em conformidade com o disposto na alínea c), do n.º 2, do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

-----O Sr. Vice-Presidente Jorge Santos, começou a fazer um ponto de situação sobre diversos investimentos em curso no concelho. Relativamente às pavimentações e caminhos rurais, destacou os obstáculos que frequentemente surgem durante a execução das obras, como acontece no Caminho do Tranqual e na Ribeira Funda, onde os trabalhos têm sido interrompidos por divergências com os proprietários dos terrenos. Sublinhou que, atualmente, as pessoas estão mais exigentes quanto ao traçado das vias e à defesa das suas propriedades, o que dificulta a continuidade dos projetos. Referiu que no passado havia mais aceitação da população, mas que hoje é comum surgirem impasses durante a execução. Informou ainda que a Rua dos Dragoeiros se encontra em fase de preparação do estaleiro, estando o processo em análise no Tribunal de Contas, com a obra prevista para breve. Alertou, contudo, para os inevitáveis transtornos ao trânsito durante a sua execução. No que respeita aos Caminhos dos Salões e da Pedra Vigia, confirmou que ambos estão prontos para avançar, aguardando apenas o início por parte dos empreiteiros. Quanto à Vereda da Furna e Espigão, informou que as escarpas da Furna e do Espigão já foram limpas e que a recuperação da vereda está adjudicada. A este respeito, garantiu que os trabalhos avançarão em breve. Abordou também a preparação da zona balnear da praia, referindo que estão a ser realizados trabalhos de limpeza e organização, incluindo a



WUP

enb

A

Assembleia Municipal de Ribeira Brava

instalação das barracas, corredor de segurança, palco e demais estruturas para os festejos de São Pedro. Sublinhou que os resíduos deixados pelo último temporal obrigaram a reforçar os meios para a limpeza da zona. Relativamente aos danos causados pelas chuvas, referiu que várias levadas de rega e estradas florestais foram fortemente afetadas, como na Ponte Vermelha, Meia Légua, Ribeira Funda e Serra de Água, obrigando à intervenção com maquinaria pesada. Destacou também os estragos registados na Marginal, cuja reparação exigiu cerca de uma semana. No âmbito da Educação, esclareceu um lapso num documento anterior, informando que os apoios aprovados dizem respeito ao ano letivo atual (2024/2025), e incluem bolsas de estudo no valor de 600 euros, apoio de 40% no pagamento de creches e vouchers de 40 euros para aquisição de material escolar para todos os ciclos de ensino. Informou ainda que a Biblioteca de Praia voltará a funcionar durante os meses de verão, à semelhança de anos anteriores. Destacou a colaboração com a UTAD para a realização de um congresso internacional sobre o Padre Manuel Álvares, previsto para junho do próximo ano, na Ribeira Brava, numa data próxima do aniversário do seu nascimento. A Câmara já manifestou interesse formal, ficando a concretização do evento sujeita à disponibilidade da próxima gestão autárquica. Na área do Desporto, salientou a realização do Trail Escolar, que envolveu cerca de 600 alunos na zona do Lugar da Serra, bem como o Rali da Ribeira Brava, ambos eventos com grande adesão e importância local. Em termos de Cultura, destacou a Semana da Cultura, a Feira do Campanário, a Feira de Doses e Petiscos, o Dia da Criança, e os preparativos para o São Pedro, cujas montagens terão início na semana seguinte. Informou que o cartaz final do evento será divulgado brevemente, estando previstas celebrações entre os dias 26 e 29 de junho, com os dias 27 e 28 como momentos altos das festividades, e o dia 29 reservado para a componente religiosa. -----

No que respeita ao investimento social, destacou a relevância da obra em curso no Porto da Ribeira, apoiada por fundos do PRR, sendo a Ribeira Brava o único município da Região a obter financiamento para reconstrução de edificado neste âmbito. Referiu que a obra, já iniciada, deverá estar concluída entre outubro e novembro, com entrega prevista para fevereiro ou março do próximo ano. Adicionalmente, informou que estão a ser desenvolvidos projetos habitacionais para o Lugar da Serra e outras zonas, com o apoio do Instituto da Habitação, no âmbito da habitação social e do arrendamento acessível. ---



YUE

CVB

Assembleia Municipal de Ribeira Brava

-----Relativamente à causa animal, esclareceu que continuam a ser realizadas recolhas regulares de animais, e que está a ser preparada a habitual campanha de esterilização, prevista para os meses de julho a setembro. Os animais recolhidos são encaminhados para o SPAD ou para associações locais. -----

Por fim, mencionou também a manutenção contínua dos cemitérios como parte do trabalho diário da autarquia, e concluiu sublinhando que, apesar da complexidade e da diversidade dos projetos, as várias ações demonstram a intensidade da atividade municipal, mesmo num período de apenas dois meses. -----

-----O Sr. Presidente da Junta de Freguesia da R. Brava (Marco Martins) referiu-se aos preparativos para as festividades de São Pedro, sublinhando que se prevê uma celebração rica e popular. Referiu que está a ser realizado o espalhamento de terra para criar melhores condições no local. No entanto, questionou a atuação do Sr. Fernando Correia relativamente à retirada de areia da zona, solicitando esclarecimentos sobre se essa atividade está devidamente autorizada. Manifestou dúvidas quanto à intervenção de máquinas no local, questionando se os trabalhos foram realizados pela autarquia ou se o referido particular apenas se aproveitou da intervenção. Destacou a sua limpeza recente do cais, tendo solicitado esclarecimentos sobre a utilização futura do espaço, questionando se este será devolvido à população em geral ou se continuará a ser usado por apenas algumas entidades. Referiu que há empresas que usufruem do espaço com facilidade, enquanto outras, interessadas em utilizá-lo, alegadamente não conseguem.-----
Concluiu sublinhando que, se tivesse conhecimento prévio destas questões, não teria necessidade de as colocar em sede de Assembleia. -----

-----O Sr. Vice-Presidente Jorge Santos esclareceu que a atuação do Sr. Fernando Correia esteve relacionada com a limpeza do local, removendo materiais como canas e tocos deixados pelo último temporal, que foram carregados em camiões. Sobre a retirada de areia, explicou que parte foi usada para reforçar áreas específicas e evitar afundamentos, sendo necessária uma regularização dessas intervenções. Por fim, pediu ao Sr. Marco Martins que apresentasse evidências caso existissem outras informações, pois até ao momento não há confirmações em contrário. -----

-----O Sr. Presidente da J.F.R. Brava (Marco Martins), afirmou que viu pessoalmente que o material retirado não era bagaço.-----



WPF
CB
A

Assembleia Municipal de Ribeira Brava

-----O Sr. Vice-Presidente Jorge Santos respondeu que todo o material das praias deve permanecer nelas, a não ser que haja um local específico para depósito temporário. Informou também que assinou um ofício para a APRAM solicitando autorização para colocar uma plataforma no cais e reabrir o acesso, ação que estava pendente devido à limpeza não ter sido realizada. -----

-----O Sr. Vereador Paulo esclareceu que, devido ao temporal que trouxe muito material para aquela zona, a prioridade foi a limpeza da área da praia, especialmente por causa da época balnear. Aproveitou para lembrar que na sexta-feira, dia 20, às 15h30, haveria o hastear da bandeira. Sobre a limpeza, explicou que o objetivo foi remover todo o material acumulado, incluindo canas vieiras, troncos e outros detritos, e que há um registro fotográfico desse trabalho. Ressaltou que não seria possível fazer uma seleção minuciosa do material com a máquina; a ideia foi simplesmente retirar tudo o que estava ali. -----

-----O Sr. Deputado Laureano Macedo (Independente), começou por felicitar a autarquia pela organização do Congresso Internacional sobre o Padre Manuel Álvares, lamentando a ausência de um auditório adequado para acolher o evento. Destacou o trabalho de três professores doutores — Rogério Ponce da León Romeu (Universidade do Porto), Juan Maria Gomes Gomes (Universidade da Extremadura) e pesquisadores da Universidade de Trás-os-Montes (UTAD) — que têm desenvolvido estudos importantes sobre a gramática latina do Padre Manuel Álvares. Recomendou que a Autarquia atribua insígnias honoríficas a esses estudiosos pelo seu contributo académico e pela divulgação da obra.

-----Além disso, manifestou preocupação com a falta de progressos nas recomendações anteriores sobre o aproveitamento das praias fluviais da Ribeira Brava, defendendo a criação de condições mínimas para que esses espaços possam ser utilizados como áreas de lazer e turismo, diversificando a oferta local. Sugeriu ainda que antigas escolas primárias, como as do Espigão e da Eira de Mourão, sejam reabilitadas e adaptadas para acolher turismo, evitando assim o turismo informal e desorganizado que por vezes causa incómodo aos moradores, como o acampamento irregular em terrenos agrícolas.-----

-----O Sr. Vice-Presidente Jorge Santos informou que se encontra em contacto com o Professor Doutor Gonçalo Ramos no âmbito da organização do Congresso Internacional dos 500 anos do Padre Manuel Álvares. A comissão executiva, sob a orientação do referido professor, está em fase de constituição e será responsável pela seleção dos



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

convidados, incluindo académicos espanhóis, assegurando a relevância e o prestígio internacional do evento. Relativamente às praias fluviais, o Vice-Presidente reconheceu o interesse na sua implementação, porém salientou as dificuldades existentes. Explicou que a gestão das ribeiras, como a Ribeira da Serra d'Água, é complexa devido a expropriações que colocam partes das mesmas sob jurisdição da entidade hidráulica, limitando o acesso e intervenção municipal. Além disso, frisou a necessidade de garantir a qualidade da água, infraestruturas adequadas e estacionamento para viabilizar estes espaços, apontando a Serra d'Água como a ribeira com maior potencial para este tipo de desenvolvimento, devido à sua geografia favorável. No que concerne às escolas primárias desativadas, referiu que a Eira do Murão já se encontra em utilização para atividades culturais e acolhimento, representando uma fonte de receita para a autarquia. Por sua vez, a escola do Espigão, de menores dimensões e necessitando de obras, ainda não está aproveitada, enquanto a escola de São Paulo está a ser adaptada para projetos culturais semelhantes aos desenvolvidos em São João. Enfatizou que a reutilização destes espaços deve ser cuidadosamente planeada para maximizar o seu potencial. -----

-----O Sr. Deputado Laureano Macedo (independente) e salienta a inexistência, no concelho, de um parque de campismo com condições adequadas. Destacou ainda que este segmento turístico não deve ser estigmatizado, mas sim apoiado com condições mínimas, alinhando-se com práticas já adotadas por outros concelhos, como o Porto Moniz. -----

-----O Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Ribeira Brava (Marco Martins RB1) destacou a importância de reconhecer o mérito do professor doutor Francisco Simões, fundador da escola básica e secundária Padre Manuel Alves e da escola da Calheta, responsável pela formação de grande parte da geração nascida entre 1955 e 1970, que atualmente contribui para o desenvolvimento do concelho. Independentemente das suas convicções partidárias, o reconhecimento do seu trabalho é fundamental. Ademais, relembrou que, durante o mandato de 2013 a 2017, foi apresentada uma proposta nesta assembleia para a criação de um parque de campismo organizado, que também contemplasse um parque de merendas, visando evitar o estigma associado apenas ao campismo.-----

----**PONTO 2** - Discussão e votação da proposta do auto de cessão e aceitação a título precário da Praceta da Serra de Água localizada no Concelho da Ribeira Brava, nos



VUP

es

A

Assembleia Municipal de Ribeira Brava

termos do disposto na alínea p, do nº 1 do artigo 25º da lei 75/2013, de 12 de setembro.--

-----O Sr. Vice-Presidente Jorge Santos explicou que a situação é semelhante à da concessão da praça da Tabua, em que o património foi cedido à Câmara Municipal mediante contrato com duração inicial de 10 anos, prorrogáveis até um máximo de 20 anos. Esse modelo permitiu que a Câmara assumisse a gestão e manutenção do espaço, que anteriormente se encontrava em condições degradantes, incluindo casas de banho, estacionamento e jardins. Embora as rendas cobradas pelos contratos vigentes sejam modestas, essa gestão possibilita à Câmara implementar melhorias e controlar o uso dos espaços. Reforçou que, apesar de alguns espaços não serem formalmente da Câmara, cabe-lhe a responsabilidade pela sua manutenção, exemplificando com a necessidade de reparações pagas mesmo quando a responsabilidade recai sobre outras entidades. Por fim, afirmou que se seguirá o mesmo modelo para a praça da Serra d'Água, com base nos mesmos termos e condições aplicados na Tabua. -----

----O Sr. Deputado Rui Almeida (PS) enalteceu a Sra. Presidente da Assembleia, todos os deputados e o Sr. Presidente Interino. Refere que o seu grupo parlamentar congratula com a questão da passagem da Praça da Serra d'Água, tema que já havia sido levantado anteriormente pelo PS. Expressa a esperança de que, finalmente, sejam resolvidas todas as questões relacionadas com este assunto, conforme mencionado de forma sucinta pelo Sr. Vice-Presidente. -----

-----O Sr. Deputado Bruno Correia (RB1) questionou sobre a Praça da Serra d'Água, perguntando se o contrato prevê a transferência para a tutela ou responsabilidade do Município de todas as questões relativas a obras, manutenção, exploração e renda do bar.-

-----O Vice-Presidente Jorge Santos respondeu que, de facto, o contrato da Praça da Tabua já foi recentemente transferido para a Câmara Municipal na penúltima reunião do executivo, passando a partir deste mês a gestão e a receita daquele espaço para o Município. Quanto à Praça da Serra d'Água, o procedimento será idêntico. Esclarece ainda que, na Praça da Tabua, a única exceção é o espaço destinado à Casa do Povo, cuja manutenção não está sob a gestão direta da Câmara, mas todas as outras responsabilidades de manutenção passam a ser assumidas pela autarquia. -----

---O Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Ribeira Brava, Marco Martins, manifesta apoio à concessão dos espaços da Tabua e Serra d'Água pelo período de 20 anos,



Handwritten signature

Handwritten initials

Assembleia Municipal de Ribeira Brava

afirmando que votará favoravelmente. Contudo, ressalta que, apesar da concessão incluir a manutenção dos locais, considera mais adequado que o Município adquira definitivamente esses imóveis, tornando-os património municipal. Isso evitaria a responsabilidade de manter infraestruturas que não pertencem ao município, como acontece atualmente com a frente marítima e o centro desportivo. Além disso, questiona quais os valores previstos para os investimentos de recuperação e manutenção dos espaços da Tabua e Serra d'Água, solicitando esclarecimentos sobre o montante global a ser aplicado. -----

----O Sr. Vice-Presidente Jorge Santos informou que o investimento previsto para as obras na Praceta da Tabua situa-se em torno de 450 mil euros, enquanto para a Praceta da Serra d'Água o montante estimado é de aproximadamente meio milhão de euros. Salientou que a aquisição definitiva desses dois edifícios implicaria custos superiores, além das obras necessárias. Considera que o atual modelo, que garante a gestão e manutenção dos espaços pelo município durante 20 anos, representa um investimento razoável. Após este período, o Município poderá decidir sobre a aquisição ou outras formas de gestão. Ressaltou ainda que a decisão adotada reflete as limitações financeiras que existiam para uma compra antecipada e que esta solução, embora temporária, permite já o controle dos espaços e sua valorização. Encerrou afirmando que a questão permanece pertinente para futuras análises. -----

-----O Sr. Deputado Bruno Correia (RB1) questionou se, legalmente, num contrato de arrendamento de 20 anos, o investimento feito poderia ser descontado no valor final, caso o Município tivesse disponibilidade financeira para aquisição futura, mediante comprovativos. -----

-----O Sr. Deputado Hélder Gomes (RB1) reconheceu as questões levantadas pelos colegas, destacando que a intervenção nas pracetas da Serra d'Água e da Tabua se enquadra no interesse público, comparando a recuperação destes espaços ao investimento feito em infraestruturas como estradas, que também não geram lucro direto, mas beneficiam a população. Sublinhou que o objetivo principal não é obter retorno financeiro, mas sim melhorar a qualidade de vida dos habitantes e revitalizar espaços públicos essenciais para as freguesias. Mencionou ainda que, apesar de reconhecer a responsabilidade do Governo Regional na manutenção destes espaços, a autarquia tomou



MRZ

eb

A

Assembleia Municipal de Ribeira Brava

a iniciativa necessária para evitar o abandono prolongado, que atualmente afeta negativamente essas áreas. Considerou que a solução encontrada, de concessão e investimento por parte da autarquia durante 20 anos, é prática e inteligente, permitindo a reabilitação dos espaços que estão atualmente degradados e pouco aproveitados, destacando que, no futuro, a possibilidade de aquisição dos imóveis poderá ser considerada, dependendo da capacidade financeira do Município. Contudo, frisou que não há urgência para isso, já que após o período inicial de 20 anos haverá a opção de renovar o contrato por mais 20 anos, garantindo assim a continuidade da gestão e manutenção.-----

-----O Sr. Deputado Bruno Correia reformulou a questão destacando que o foco não é o lucro imediato, mas sim a visão de longo prazo. Questionou sobre a possibilidade de, daqui a 20 anos, havendo disponibilidade financeira, descontar o investimento realizado no valor de aquisição do imóvel, caso isso seja legalmente viável, sugerindo que tal opção fosse estudada junto do Governo Regional. -----

-----O Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Ribeira Brava (Marco Martins) manifestou concordância geral sobre a necessidade da intervenção, reforçando a importância de exemplos práticos. Citou a aquisição do edifício vizinho, adquirido após pagamento de rendas superiores à prestação bancária, como exemplo de bom investimento. Enfatizou que, apesar de não se pretender lucro, é fundamental que o Município pense nas suas despesas e salvasse o património para o futuro. Propôs a inclusão, no contrato, de uma cláusula que permita descontar o investimento realizado no valor de aquisição após 20 anos.-----

-----A Sra. Presidente da Junta de Freguesia da Serra de Água (Albertina Ferreira) apresentou voto de congratulação pela rápida resolução do processo, destacando que a intervenção foi uma medida de emergência devido a situações de consumo e tráfico de droga no piso menos um da praça. Recomendou à Câmara Municipal que, ao realojar pessoas nos bairros sociais, realize um estudo criterioso para evitar que a freguesia se torne foco de problemas sociais, como tráfico e violência, reforçando a necessidade de acompanhamento e seleção cuidadosa dos moradores.-----

-----O Sr. Deputado Rui Almeida (PS) concordou com a intervenção apresentada pelo Sr. Presidente da Junta de F.R. Brava e explicou que a situação é semelhante a arrendar um



KLH

es

Assembleia Municipal de Ribeira Brava

imóvel por muitos anos sem adquiri-lo, ou investir na compra para uso próprio e de futuras gerações. Enfatizou a importância de controlar os imóveis municipais para facilitar a gestão e a resolução rápida dos problemas, defendendo que a aquisição simplifica a administração em comparação com as atuais concessões. Concordou que seria pertinente prever a possibilidade de aquisição junto do Governo Regional, seja por compra ou cedência, mesmo que sem contrapartidas financeiras. -----

es

-----O Sr. Vice-Presidente Jorge Santos respondeu que desde o início do processo não esteve prevista a aquisição dos imóveis, mas sim garantir o controlo e intervenção urgentes. Explicou que o atraso na resolução se deveu às sucessivas quedas do Governo Regional, o que atrasou a cessão do património. Defendeu que a solução encontrada — um contrato de concessão com prazos de 10 anos prorrogáveis até 20 anos — inclui cláusulas que impedem resgates antecipados sem aviso prévio, garantindo a amortização do investimento realizado. Considerou que esta foi a melhor solução possível no momento, sem alterar contratos anteriores, e reconheceu que a aquisição futura poderá ser estudada, mas destacou que a prioridade é garantir a manutenção e valorização dos espaços. -----

-----A Deputada Zélia Encarnação (RB1), ausentou-se da sala. -----

-----**Colocada à votação aprovado por unanimidade** -----

PONTO 3 -Discussão e apreciação do Relatório de Monitorização do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os de corrupção e Infrações Conexas da Câmara Municipal da Ribeira Brava relativo ao ano de 2024, nos termos do disposto na alínea a, do nº 2 do artigo 25º da lei 75/2013, de 12 de setembro. -----

-----O Sr. Vice-Presidente Jorge Santos, tratou-se do relatório anual, que normalmente é apresentado em outubro, embora habitualmente não abarque o ano completo. Contudo, este relatório inclui a totalidade do ano relativo ao plano de prevenção dos riscos de gestão, abrangendo infrações e matérias conexas, em conformidade com a legislação vigente. Esclareceu que o documento foi apreciado favoravelmente pela Câmara Municipal e que se apresenta agora para análise da Assembleia, em consonância com relatórios de anos anteriores, destacando a sua recorrência. Referiu, ainda, que o deputado Laureano tem questionado sobre a comunicação destes documentos. Informou que, desde novembro do ano passado, essas comunicações passaram a ser efetuadas através da



URB
NB
A

Assembleia Municipal de Ribeira Brava

plataforma MENAC, que disponibiliza o sistema adequado. Reconheceu que, provavelmente em novembro, houve alguma dificuldade na inserção dos documentos, mas garantiu que em dezembro as comunicações foram devidamente efetuadas.-----

-----O Sr. Deputado Laureano Macedo (Independente) referiu que analisou o relatório com atenção. Considerou que este documento, obrigatório para carregamento na plataforma da RGPC, deve ser elaborado com rigor, sugerindo que a Autarquia deve exigir maior cuidado à empresa contratada para a sua preparação. Alertou para a existência de secções incompletas ou copiadas no relatório, recomendando a melhoria da legibilidade e a correção dessas falhas para evitar transtornos futuros. No que respeita ao estado da monitorização, identificou diferenças entre o documento inicial e o atual, realçando a importância de incorporar as recomendações anteriormente feitas nesta Assembleia. -----

-----Destacou a ausência de menção clara à área de arquivo no relatório, alertando para a necessidade do cumprimento da Portaria nº 112/2023, de 27 de abril, que estabelece regras para conservação e eliminação de documentos, vinculando tanto câmaras municipais como juntas de freguesia. Recomendou que a autarquia procure apoio da Direção Regional dos Arquivos, Bibliotecas e do Livro da Madeira para implementação das normas, a fim de evitar infrações e coimas. Salientou que a eliminação indevida de documentos, sem seguir o devido processo legal, pode configurar grave risco institucional e patrimonial, podendo resultar em penalizações em auditorias, como as realizadas pelo Tribunal de Contas. Por fim, referiu que a área de arquivo deve estar claramente abordada no plano de prevenção de riscos, mencionando também a necessidade de melhoria no encaminhamento documental interno, conforme consta na página 32 do relatório. Enfatizou que a aplicação destas normas é transversal a toda a administração local. -----

-----O Sr. Deputado Luís Vicêncio manifestou uma observação pessoal relativamente ao plano apresentado, indicando que não consegue associá-lo efetivamente à prevenção da corrupção, questionando a razão da sua inclusão nesse âmbito. Considerou que o documento aparenta ser mais um plano organizacional de boa gestão. Reconheceu que o plano aborda várias situações relevantes e que essas informações devem estar acessíveis ao público, caso esse seja o objetivo. Contudo, frisou que a sua conotação como instrumento de prevenção da corrupção lhe parece excessiva, embora possa existir alguma aproximação. Comentou ainda que o documento contém uma considerável quantidade de



MFZ
CS

Assembleia Municipal de Ribeira Brava

informação relacionada com a autopromoção da empresa responsável pela sua elaboração, antes de se chegar ao conteúdo específico sobre as medidas implementadas pela Câmara Municipal. Concluiu que há muita informação no plano que, na sua opinião, não é necessária para o fim a que se destina. -----

A

-----Colocado a apreciação, foi apreciado favoravelmente.-----

PONTO 4: Discussão e votação da proposta de Subsídio à freguesia da Tabua para a comparticipação financeira para execução de cinco obras, nomeadamente construção de um muro de suporte ao Caminho da Madágua; a construção de uma varanda em ferro na Vereda da Ribeira da Tabua; a pavimentação da Vereda do Pomar, o alargamento da faixa de rodagem do Caminho Velho no sítio dos Zimbreiros e a colocação de 65m de tubos na Estrada do Massapez, em conformidade com o disposto na alínea j) do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, 12 de setembro.-----

-----O Sr. Vice-Presidente Jorge Santos informou que o ponto em apreço se enquadra no regulamento de apoio às Juntas de Freguesia, na componente de investimento. Esclareceu que o valor disponível para o presente ano é de 150 mil euros, em vez dos 125 mil euros inicialmente considerados. Acrescentou que esta atualização implicou a correção dos cabimentos anteriormente emitidos, com reflexo nos montantes atribuídos, nomeadamente à Junta de Freguesia da Tabua, que apresenta quatro intervenções. Informou ainda que, tal como em anos anteriores, seguem-se as propostas das restantes freguesias do concelho. -----

-----O Sr. Deputado Laureano Macedo (Independente) questionou se as veredas constantes da proposta são veredas classificadas, salientando a importância de tal informação constar em ata. Referiu que existem diversas veredas não classificadas no concelho e partilhou a sua preocupação com situações ocorridas na Ribeira Brava, onde alegadamente particulares se apropriaram de veredas que sempre foram públicas, procedendo a alterações como construção de varandas, cimentação de caminhos e instalação de iluminação pública. Denunciou casos em que indivíduos, regressados do estrangeiro, colocaram portões a impedir o acesso a terrenos de terceiros, transformando veredas públicas em acessos privados. Considerou esta prática uma forma inaceitável e vergonhosa de apropriação de bens públicos, alegando que, em algumas situações, se tratava de infraestruturas intervencionadas com recursos da Junta de Freguesia. Reforçou



WFR

eb

Assembleia Municipal de Ribeira Brava

que a sua pergunta não é feita ao acaso, e insistiu na necessidade de esclarecer se as veredas em causa se encontram oficialmente classificadas. Informou que, tanto quanto é do seu conhecimento, as juntas de freguesia, ao apresentarem propostas de intervenção em veredas, solicitam previamente a devida referenciação junto dos serviços camarários, incluindo habitualmente a respetiva localização. Esclareceu, no entanto, que não pode confirmar com exatidão a situação concreta das veredas em causa, por não conhecer os casos específicos, mas considerou que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Tabua, Inácio Corte, poderá prestar esse esclarecimento.-----

-----O Sr. ° Presidente da Junta de Freguesia da Tabua (Inácio Corte) informou que estão em curso diversas intervenções na freguesia, nomeadamente: construção de muro de suporte e alargamento no Caminho da Madágua; melhoria da acessibilidade na Vereda da Ribeira da Tábua com instalação de varanda de apoio; alargamento do Caminho Velho do Centro dos Zimbrieros com colocação de tubos para cobertura de levada; reconstrução da Vereda do Pomar, muito utilizada por residentes e turistas; e correção de drenagem na Estrada dos Massapés, com reabertura de meia-cana e execução de corte lateral para escoamento adequado das águas pluviais.-----

-----Colocada à votação aprovado por unanimidade -----

PONTO 5: Discussão e votação da proposta de atribuição de Subsídio à Freguesia da Ribeira Brava para a comparticipação financeira para execução de duas obras, nomeadamente a requalificação da Vereda Padre Manuel Álvares e a requalificação da Vereda do Calvário, em conformidade com o disposto na alínea j) do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, 12 de setembro. -----

-----O Sr. Vice Presidente Jorge Santos referiu que, à semelhança do procedimento anterior, esta matéria foi submetida à Câmara Municipal para aprovação, seguindo posteriormente para deliberação em Assembleia Municipal, por se enquadrar no âmbito do Regulamento Municipal. A intervenção refere-se à vereda que corresponde ao Caminho Real, que está sob tutela da Junta de Freguesia da Ribeira Brava.

-----O Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Ribeira Brava (Marco Martins) esclareceu que, na verdade, o troço inicial não é vereda, mas sim uma rua – Rua Padre Manuel Álvares – sendo apenas a parte superior que corresponde à Vereda do Calvário. O objetivo da intervenção é conferir dignidade ao percurso, especialmente em condições climatéricas



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

adversas, prevendo-se a colocação de um varandim em cerca de 260 metros e a repavimentação com reutilização da pedra existente, devidamente calcada. Algumas zonas, nomeadamente o topo do Calvário, exigirão substituição total do pavimento. Será ainda feita requalificação das levadas, para melhor encaminhamento das águas a obra foi devidamente acompanhada por técnico arquiteto e engenheiro do Município. -----

Colocada à votação aprovado por unanimidade -----

Ribeira Brava, 28 de abril de 2025,

A Presidente da Assembleia, *Patrícia Maria dos Santos da Abreu*
A 1º Secretária, *Patrícia Estêvão Gonçalves da Silva*
O 2º Secretário, *[Assinatura]*

